

ORGANIZADORAS

Clarice Salete Traversini | Kamila Lockmann | Renata Sperrhake

PESQUISAR COM A ESCOLA

currículo e inclusão em foco



ORGANIZADORAS

Clarice Saete Traversini | Kamila Lockmann | Renata Sperrhake

PESQUISAR COM A ESCOLA

currículo e inclusão em foco



| São Paulo | 2021 |



Direção editorial	Patricia Bieging Raul Inácio Busarello
Diretor de sistemas	Marcelo Eyng
Editora executiva	Patricia Bieging
Assistente editorial	Landressa Schiefelbein
Diretor de criação	Raul Inácio Busarello
Assistente de arte	Ligia Andrade Machado
Editoração eletrônica	Peter Valmorbida
Imagens da capa	Kjpargeter, Freepik - Freepik.com
Revisão	Beth Bieging
Organizadoras	Clarice Salete Traversini Kamila Lockmann Renata Sperrhake

Dados Internacionais de Catalogação na Publicação (CIP)

P474 Pesquisar com a escola: currículo e inclusão em foco.
Clarice Salete Traversini, Kamila Lockmann, Renata
Sperrhake - organizadoras. São Paulo: Pimenta Cultural,
2021. 237p..

Inclui bibliografia.
ISBN: 978-65-5939-178-3 (eBook)

1. Educação. 2. Currículo. 3. Inclusão. 4. Avaliação.
5. Ensino. 6. Aprendizagem. 7. Escola. I. Traversini, Clarice
Salete. II. Lockmann, Kamila. III. Sperrhake, Renata. IV. Título.

CDU: 370
CDD: 370

DOI: 10.31560/pimentacultural/2021.783

PIMENTA CULTURAL
São Paulo - SP
Telefone: +55 (11) 96766 2200
livro@pimentacultural.com
www.pimentacultural.com

 **pimenta
cultural**
2 0 2 1



13

*Rejane Ramos Klein
Patrícia Santos Anflor
Jéssica de Souza Dias*

BNCC E INCLUSÃO ESCOLAR: UM OLHAR PARA PROFESSORES EM FORMAÇÃO INICIAL

DOI: 10.31560/PIMENTACULTURAL/2021.783.178-191

INTRODUÇÃO

Este artigo pretende analisar a Base Nacional Comum Curricular-BNCC a partir da formação inicial de professores no que se refere às questões relacionadas ao processo de ensino e de aprendizagem que considerem todos os estudantes na escola contemporânea. Parte-se do pressuposto de que há certa incompreensão e indefinição do que é a BNCC no processo formativo dos professores em formação inicial e, ainda, que existe um silenciamento em relação à inclusão escolar, tanto de modo expresso na última versão do documento quanto nos posicionamentos dos professores em formação.

Apresentamos inicialmente alguns elementos sobre o documento atual aprovado em dezembro de 2017 (BRASIL, 2017) para, posteriormente, relacionarmos esse contexto de implementação da Base com a pesquisa junto aos professores em formação inicial, matriculados em cursos de licenciatura em uma universidade da região metropolitana de Porto Alegre. Discutiremos os dados a partir de uma análise preliminar evidenciada em dois eixos: os desafios descritos pelos professores relativos ao processo de ensino e aprendizagem para todos os alunos; e o que é dito sobre a BNCC e as possibilidades de contribuir com o processo de inclusão de todos os alunos. Por fim, lançamos algumas considerações provisórias sobre a importante aproximação entre estas três temáticas (BNCC, inclusão e formação de professores), as quais precisam ser mais exploradas de forma articulada.

A BNCC E AS RELAÇÕES COM A INCLUSÃO ESCOLAR NO CONTEXTO ATUAL

A BNCC constitui-se como um documento normativo que aponta o conjunto progressivo de aprendizagens que os alunos devem desenvolver nas etapas e modalidades da Educação Básica.

Através da Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional (LDB, Lei nº 9.394/1996), ficou definido que a Base deve subsidiar currículos das escolas do país, públicas e privadas. Tomando o documento, na sua última versão, como superfície analítica, trabalhamos nas visibilidades e invisibilidades que ele evidencia, apontando perspectivas e direcionamentos para o trabalho com formação inicial de professores, destacando discursos que produzem efeitos nesse processo formativo.

O campo curricular é um mecanismo potente na produção de sentidos, discursos, interesses e verdades do que é certo e significativo para a população escolar. De acordo com Silva (2002, p.32) “[...] o currículo tem se constituído um território cultural sujeito à disputa e à interpretação, no qual diferentes grupos tentam estabelecer sua hegemonia”. Os embates de qual currículo, qual conhecimento será mais adequado a essa faixa etária, a determinado grupo de alunos, a uma dada região ou Estado, enfim, evidenciam as múltiplas categorias a contemplar. Os discursos sobre a BNCC circulam como se contemplassem o interesse e participação de todos na efetivação dessa política. Portanto, as relações de poder que são exercidas socialmente encontram nas políticas a possibilidade de efetivar o governo de todos e de cada um, nesse caso, por meio do currículo escolar.

Compreendemos a partir dos estudos foucaultianos que o discurso não encontra-se apenas proferido nas palavras ditas, mas que ele só pode ser dito por que está alicerçado em determinadas ordens discursivas que proliferam e ou silenciam verdades acerca da BNCC. Discursos estes que estão envolvidos em relações de poder-saber e verdade que devem considerar o sujeito que conhece, os objetos a conhecer e as modalidades de conhecimentos que produzem efeitos. (FOUCAULT, 2002).

Corroborando com essa perspectiva de Foucault, os esforços para organizar o currículo a partir da BNCC constituem modos de re-

gulação social. Sendo assim, cabe apresentar que o objetivo expresso nesse documento exerce um: “[...]caráter mandatário que irá acompanhar tanto o trabalho do educador quanto às aprendizagens das crianças, realizando a observação da trajetória de cada criança e de todo o grupo - suas conquistas, avanços e possibilidades e aprendizagens.” (BRASIL, 2017, p.35). O documento legal apoia-se na perspectiva de que a proposta curricular ancorada nos princípios de igualdade e equidade é fundante ao processo educacional, afirmando os ordenamentos curriculares como uma proposta salvadora e onipotente.

Sabemos que a discussão sobre a necessidade de uma Base Curricular no Brasil não é recente. Macedo (2015) resgata esse processo afirmando que esse desenho já vem sendo apontado desde a Constituição de 1988, a LDB (BRASIL, 1996), os Parâmetros Curriculares Nacionais (BRASIL, 1998) e as Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica e do Plano Nacional de Educação (PNE) (BRASIL, 2010). De acordo com a autora, tal desenho representa certo apagamento dos estudos sobre currículo. Se a BNCC pretende se configurar em diretrizes para a educação e não numa proposta curricular ou listagem de conteúdo, vale problematizar que “[...] as referidas bases não são metas do Plano Nacional de Educação, mas estratégias para o atingimento de metas de universalização e garantia de conclusão das etapas de escolarização”. (MACEDO, 2015, p. 893).

Se concordamos com Macedo (2015) é preciso recusar-nos a aceitar que a base seja condição para uma educação de qualidade, comprometida com justiça social e democracia. Não há possibilidade de diálogo se o Outro não for considerado. Esse Outro envolve sua cultura, sua singularidade, o contexto de desigualdade social e escolar, vivido na conjuntura atual, principalmente acirrada pela pandemia

provocada pelo vírus Sars-CoV-2. Nesse contexto³⁴, em que as aulas presenciais foram suspensas, foi necessário acionar o ensino remoto/híbrido, mas a BNCC continuou sendo o documento de referência no que diz respeito às competências e habilidades que precisam ser desenvolvidas na educação dos estudantes. Deste modo, percebeu-se que há uma proliferação discursiva na mídia, em sites de educação e em outros veículos de comunicação, apontando que mesmo nesse período de pandemia iniciando-se em março/2021 foi preciso manter acesa as possibilidades de implementação da BNCC em cada etapa da Educação Básica e em cada área de conhecimento.

Em vista disso, tem sido possível observar uma ênfase no desenvolvimento das habilidades socioemocionais. A Revista Nova Escola (RELVAS, 2020), por exemplo, destaca que “[...] chegou o momento de exercitar as competências socioemocionais apresentadas na BNCC: autoconhecimento, empatia, confiança e autoestima”. A reportagem evidencia que, nessa situação complexa, as competências que impõem o desenvolvimento de habilidades emocionais devem ser enfatizadas. Tais habilidades são expressas na Competência 8 da BNCC que reafirma a necessidade de cuidado com a saúde física e emocional, considerando a diversidade humana. (BRASIL, 2017)

Outra ênfase nessas reportagens foi o uso das ferramentas digitais. Segundo o site da Agência Brasil (CAMPOS, 2020), “[...] mesmo com as opções de atividades para a continuidade das aprendizagens em casa, pelo menos 4,8 milhões de crianças e adolescentes em todo o Brasil não têm acesso à Internet”. Além disso, a Agência ainda

³⁴ Caracteriza-se esse contexto a partir de Março de 2020, quando fomos surpreendidos por uma pandemia provocada pelo vírus Sars-CoV-2, mais conhecido como Covid-19. A orientação geral nesse momento foi a de distanciamento social como uma das formas de evitar o contágio da população. Tivemos então o fechamento das escolas e o início de práticas escolares realizadas de forma remota. Professores continuaram realizando as atividades através de plataformas ou mesmo por meio de envios por emails e celulares ou ainda no caso do não acesso das crianças e jovens à internet, poderia-se oportunizar a retirada dessas atividades na própria escola.

divulgou que existem outros milhões com acesso precário ou falta de equipamento, não podendo manter o vínculo com a escola durante todo o período de isolamento social. A BNCC aparece representada como aquela que promoverá maior inserção dos alunos na cultura digital. Conforme a Competência 5 na BNCC (BRASIL, 2017, p. 9), trata-se de “Compreender, utilizar e criar tecnologias digitais de informação e comunicação de forma crítica, significativa, reflexiva e ética nas diversas práticas sociais (incluindo as escolares) [...]”. Nesse momento de pandemia essa competência reforça as habilidades a serem desenvolvidas para efetivar o ensino remoto, que passou a exigir dos alunos e dos professores a utilização e familiarização com essas ferramentas. De acordo com Saraiva, Traversini e Lockmann (2020, p.17) mesmo com a paralisação das atividades presenciais, “As escolas [...] devem orientar seus professores a inventarem essas estratégias, tendo em vista que, [...] a maior parte da responsabilidade em lidar com essa questão foi delegada aos docentes de modo individualizado”.

O acesso às tecnologias nesse contexto merece ser discutido, como também o acesso a todos na escola, pois isso não garante a inclusão com participação e aprendizagem para todos. A pandemia escancarou as desigualdades de acesso e de participação, mas elas já vinham sendo desenhadas há bastante tempo. Com o “imperativo da inclusão” (LOPES, 2009) precisamos questionar os números positivos da inclusão nos registros oficiais, no mercado de trabalho, nas cotas de bolsa-assistência, na escola, etc., pois eles mostram que essas pessoas se tornam alvos fáceis das ações do Estado. Ações estas cada vez mais pautadas na meritocracia, individualização e privatização das práticas educacionais. Não basta que os sujeitos estejam inseridos nos espaços, mas antes compreender que a inclusão vai produzindo a necessidade de considerar essa diversidade em sala de aula, muitas vezes, impedindo o professor de perceber a turma como coletivo de sujeitos e reforçando a aprendizagem individualizada, em detrimento de uma proposta de ensino para todos.

O QUE SE DIZ E O QUE DIZEM OS PROFESSORES EM FORMAÇÃO INICIAL SOBRE A BNCC E APRENDIZAGEM PARA TODOS?

Diante desse cenário que enfatiza a BNCC como possibilidade de mudanças em relação aos princípios de uma escola tradicional, importa considerar que a construção de uma escola pautada em competências centralizadas no aluno, na sua individualização tendo como ênfase o trabalho do professor, o uso das tecnologias e metodologias ativas e inovadoras, não pode ser visto como solução para as desigualdades educacionais. As instituições escolares vem sendo ancoradas nesse documento normativo curricular nacional, pressupondo, de acordo com Hypólito (2019, p.196) uma homogeneização cultural na medida em que “[...] algumas vozes calarão e outras poderão ser ensurdecedoras”. Aponta-se para um empobrecimento curricular ao contrário do que se propaga como justiça curricular.

Algumas evidências da terceira versão da BNCC apontam para o controle de grupos neoconservadores e populistas-autoritários. Hypólito (2019) afirma que o grupo que contribuía com a elaboração do documento, vinculado à academia, foi excluído, permitindo que a ênfase permanecesse em “conteúdos muito retrógrados e conservadores”. O autor aponta o tema do gênero, mas o da inclusão igualmente foi retirado do documento. A pesquisa de Oliveira (2020) mostra que nas versões anteriores do documento a inclusão estava mais presente, ainda que a partir de uma centralidade no Atendimento Educacional Especializado. Na versão final do documento “[...] percebe-se que uma das noções que assume centralidade em seus discursos é a noção de inclusão, por meio dos entendimentos mais gerais de diversidade, igualdade e equidade”. (OLIVEIRA, 2020, p.113). Há um conjunto de políticas que vem demarcando determinado pensamento sobre a Educação Brasileira. Em relação à

inclusão e Educação Especial com o Decreto n.10.502/20³⁵ (BRASIL, 2020) pode-se ver de modo expresso uma tentativa de desconstrução da maneira como vinham ocorrendo as práticas inclusivas.

Da mesma forma em relação à formação inicial de professores, Hypólito (2019) aponta para políticas de formação cada vez mais pautadas em rapidez e flexibilidade no sentido de treinamento aos docentes para uma atuação em período curto de formação, com dois ou três anos. Nesse sentido, a BNCC seria algo a aplicar como um conjunto de materiais e pacotes já orientados para a consecução do currículo previsto na base. Hypólito (2019, p.199) afirma que:

A BNCC está no centro desses interesses e, a meu ver, tem servido tanto para aprofundar interesses de mercado como interesses em torno do controle sobre o conhecimento, com as investidas ideológicas conservadoras.

Esse tipo de análise sobre a BNCC, tem sido pouco evidenciada nos processos de formação dos professores. A pesquisa mencionada procurou “escutar” os estudantes de Licenciaturas por meio de um questionário criado no *Google forms* e enviado aos professores de duas disciplinas: “Escola e currículo” (50 alunos) e a outra “Inclusão e Acessibilidade” (46 alunos), ofertadas no primeiro semestre de 2020. Deste total de estudantes, obtivemos o total de vinte e seis respondentes. Essas duas disciplinas são ofertadas aos estudantes

³⁵ O Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020, visava instituir a Política Nacional de Educação Especial. No entanto, entidades públicas, da sociedade civil e do movimento das pessoas com deficiência imediatamente se levantaram contrárias a esta normativa que, de acordo com tais posicionamentos, fere princípios constitucionais. As entidades que se manifestaram, alertaram para o retrocesso da proposta dessa política no sentido de impedir o avanço na direção de uma sociedade mais justa e plural.

de forma compartilhada³⁶ entre diferentes cursos: Ciências Biológicas, Educação Física, Geografia, Física, Licenciaturas em Biologia, Matemática, Química, Letras/Português e Pedagogia. A pesquisa buscou evidenciar a compreensão dos professores em formação sobre os desafios do processo de ensino e aprendizagem para todos os alunos na sua relação com a BNCC. Ao invés de perguntarmos aos estudantes sobre a inclusão escolar, perguntamos pelos desafios implicados nesse processo pedagógico que deve ser pensado para todos os alunos a fim de não remeter apenas à dimensão do aluno incluído com algum tipo de deficiência. Foi perguntado sobre quais seriam os desafios que a escola e/ou o(a) professor(a) vem enfrentando; quais seriam as ações realizadas na escola para resolver/solucionar tais desafios a fim de atingir a todos; qual a importância de sua área de conhecimento na formação de todos os alunos; quais foram os conhecimentos pedagógicos trabalhados no seu Curso que podem contribuir no desenvolvimento do processo de ensino e de aprendizagem; quais ações que a escola desenvolve para encaminhar os desafios desse processo; quais elementos estudaram e consideraram relevantes sobre a BNCC para considerar todos os alunos.

A maioria dos estudantes têm/tiveram experiências docentes em escolas da rede municipal, privada e estadual, ainda que 42% deles, encontram-se na fase inicial do curso entre o primeiro e o quarto semestre. A grande maioria deles, atuam na Região Metropolitana de Porto Alegre, desenvolvendo atividades voltadas principalmente à

³⁶ A Universidade onde a pesquisa foi realizada oferece cursos de Pedagogia e diferentes Licenciaturas que visam a formação de professores. No atendimento às Novas Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena, conforme o parecer CNE/CP 9/2001 homologado, a proposta incluiu a discussão das competências e áreas de desenvolvimento profissional que se espera promover nessa formação, além de sugestões para avaliação das mudanças. Sendo assim, "a proposta é suficientemente flexível para abrigar diferentes desenhos institucionais, ou seja, as Diretrizes constantes deste documento aplicar-se-ão a todos os cursos de formação de professores em nível superior, qualquer que seja o locus institucional - Universidade ou ISE - áreas de conhecimento e/ou etapas da escolaridade básica". Dentre outras mudanças, as turmas compartilhadas agrupam diferentes cursos de licenciaturas para o desenvolvimento de competências relativas ao conhecimento pedagógico. (BRASIL, 2001)

Educação Infantil e ao Ensino Médio. Sistematizamos em dois eixos a seguir as análises sobre o que os estudantes dizem sobre o processo de ensino e aprendizagem e a BNCC. No primeiro eixo destacamos *Os Desafios dos professores em formação relativos ao processo de ensino e aprendizagem para todos*.

Os professores enfatizaram em suas respostas a infraestrutura da escola, destacando a importância dos recursos, do acesso às tecnologias e da diversificação dos métodos de ensino. Demonstram uma preocupação com as aprendizagens dos alunos, com o excesso de alunos por turma, com seus diferentes níveis de aprendizagem e de interesses em aprender os conteúdos da disciplina que ministram. Mencionam também a relação da escola com a família como aspecto a enfrentar. Aparecendo, portanto, pouca relação com aspectos curriculares ou mesmo relativos à BNCC como possibilidade de superar esses desafios.

Em relação às ações dos professores e das escolas para superar tais desafios, remetem à necessidade de envolvimento com as famílias, com aspectos metodológicos que proporcionem aulas diferenciadas, com a aproximação dos conteúdos ao cotidiano dos alunos. A ação recorrente estava voltada à premissa de uso dos recursos e das tecnologias, bem como à oferta de atividades diferenciadas, tais como oficinas, projetos, atendimentos específicos e individualizados em sala de recursos para alunos que apresentam dificuldades. A formação de professores foi pouco mencionada como enfrentamento a esses desafios.

Sobre a importância de sua área de conhecimento como contribuição para superação desses desafios, os estudantes remeteram a possibilidade de compreensão mais ampla sobre seus alunos, como estes aprendem e o que eles pensam. Alguns deles, foram mais objetivos e remeteram ao ensino de conteúdos necessários para seus alunos obterem bons resultados no vestibular. Outros estudantes ainda apontam para o desenvolvimento do senso crítico e da formação dos alunos para a cidadania.

No segundo eixo apresentamos *A BNCC e as possibilidades para contribuir com a inclusão de todos*. Grande parte dos estudantes apontam para a BNCC de modo positivo para desenvolver esse processo de aprendizagem de todos. Eles apontam para uma suposta fragilidade em seu processo de formação em relação aos conhecimentos pedagógicos: destacam a BNCC, a inclusão escolar, os planejamentos de ensino, as metodologias, o uso dos recursos e tecnologias como temas abordados no curso que contribuem para o desenvolvimento do processo de ensino e aprendizagem para todos. De modo mais específico, em uma das respostas foi apontada uma visão interdisciplinar, que remeteu aos conhecimentos relativos às artes, à didática e à psicologia da aprendizagem como importantes para essa atuação como docentes.

Já na questão específica, relativa à BNCC, 76% dos professores disseram que estudaram sobre o tema em disciplinas pedagógicas do curso. Consideram que a BNCC apresenta conceitos relevantes para o desenvolvimento do seu trabalho, tais como o de competências, de campos de experiências e de habilidades. Como contribuição para sua atuação, destacam que a BNCC oferece subsídios para a organização dos planejamentos, de forma interdisciplinar, favorecendo o trabalho com projetos de ensino como alternativa ao ensino tradicional. A BNCC contribui ainda, segundo os respondentes, para o desenvolvimento de competências na formação profissional dos alunos, pois a mesma incentiva a promover oficinas que podem auxiliar a orientar currículos escolares de forma a nivelar seus conhecimentos.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

Tanto os desafios ao processo de ensino e aprendizagem quanto às possibilidades de contribuição da BNCC para considerar todos os alunos, apresentados nesses dois eixos, a partir do que dizem os estudos e o que é dito pelos estudantes, remetem à necessidade de

uma compreensão, discussão e estudos mais aprofundados sobre a BNCC. Partimos do pressuposto de que isso é necessário tanto em cursos de formação inicial de professores quanto nos contextos escolares onde esses estudantes estão inseridos cada vez mais precocemente para atuação docente. Fica evidente o silenciamento em relação à inclusão escolar de modo exposto na última versão do documento quanto nos posicionamentos dos professores em formação. Esses discursos sobre diversidade, igualdade e equidade inscritos na BNCC, passam a constituir subjetividades docentes, logo, modos de ensinar no contexto da escola quando os estudantes centram suas respostas na dimensão do fazer docente, preocupados com as metodologias e recursos de ensino. Percebe-se que há a necessidade de considerar as condições de emergência para a produção desses discursos sobre a inclusão na sua relação com a BNCC. Condições estas que remetem à Pandemia, ao ensino remoto e à ausência de políticas públicas que atendam aos diferentes contextos dos alunos e dos estudantes em formação inicial de professores. Os diferentes campos de saberes ou áreas de conhecimento de formação desses professores, podem contribuir para a construção de outros entendimentos sobre a docência nas instituições escolares. Nesse sentido, fazer a escuta desses estudantes pode ampliar o olhar e a problematização sobre alguns aspectos do documento que são cruciais de serem tomados coletivamente na escola a fim de produzir outros discursos e práticas.

O documento da BNCC parece reforçar ainda mais a separação entre o ensino regular e o especial, quando não menciona conceitos voltados à inclusão que podem ser pensados como possibilidades de trabalho aos professores. Por outro lado, a BNCC precisa ser questionada no sentido de atender aos interesses das políticas internacionais e nacionais dominantes, tornando essas discussões cada vez mais acessíveis a todos os professores e gestores.

A importância da escuta aos estudantes sobre os desafios implicados no processo de aprendizagem e a necessidade de

relacionar as ações e sua formação com a implementação da BNCC não pode ficar restrita apenas à ideia de uma compreensão do documento normativo. Mais do que isso implica em discussões coletivas no âmbito dos cursos e das escolas. Tal como Nóvoa (2019) aponta, trata-se de um compromisso público com a educação e com o que ele chama de *metamorfose da escola*. Se faz necessário partir de um diagnóstico crítico, mas também de reforçar e valorizar as dimensões profissionais, seja na formação inicial e continuada. Um exercício da docência que só se completa através de um trabalho coletivo com os outros professores a partir da criação de um *novo ambiente para a formação profissional docente*.

REFERÊNCIAS

CAMPOS, Ana Cristina (Brasília). Agência Brasil. *Unicef lança guia para ajudar crianças a manter o aprendizado*. 2020. Disponível em: <https://agenciabrasil.ebc.com.br/educacao/noticia/2020-07/unicef-lanca-guia-para-ajudar-criancas-manter-o-aprendizado>. Acesso em: 27 nov. 2020.

BRASIL. *Base Nacional Comum Curricular*. Brasília: MEC/SEB, 2017. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/abase/>>; Acesso em: 13 de novembro de 2020.

BRASIL. *Constituição (1988)*. *Constituição da República Federativa do Brasil*. Brasília, DF: Centro Gráfico, 1988.

BRASIL. Lei de Diretrizes e Bases da Educação Nacional, *LDB*. 9394/1996. BRASIL.

BRASIL. *Parâmetros Curriculares Nacionais: terceiro e quarto ciclos do ensino fundamental: introdução aos parâmetros curriculares nacionais*. Secretaria de Educação Fundamental. – Brasília: MEC/SEF, 1998.

BRASIL. Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais Gerais para a Educação Básica*. Resolução CNE/CEB nº 4, de 13 de julho de 2010.

BRASIL, Decreto nº 10.502, de 30 de setembro de 2020. Assunto: institui a Política Nacional de Educação Especial: Equitativa, Inclusiva e com Aprendizado ao Longo da Vida. Brasília, 01 out. 2020.

BRASIL, Conselho Nacional de Educação. *Diretrizes Curriculares Nacionais para a Formação de Professores da Educação Básica, em nível superior, curso de licenciatura, de graduação plena*. Parecer CNE/CP nº 009, de maio de 2001. Brasília, 2001. Disponível em: [Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf>](http://portal.mec.gov.br/cne/arquivos/pdf/009.pdf) Acesso em: 10 jan. de 2021.

HYPOLITO, Álvaro Moreira. BNCC, Agenda Global e Formação Docente. *Revista Retratos da Escola*, Brasília, v. 13, n. 25, p. 187-201, jan./mai. 2019. Disponível em: [Disponível em: <http://www.esforce.org.br>](http://www.esforce.org.br) Acesso em: 5 de nov. de 2020.

FOUCAULT, Michel. *Vigiar e punir: nascimento da prisão*. Tradução Raquel Ramallete. Petrópolis, RJ: Vozes, 2002.

SARAIVA, Karla; TRAVERSINI, Clarice Salete; LOCKMANN, Kamila. A educação em tempos de COVID-19: ensino remoto e exaustão docente. *Práxis Educativa*, Ponta Grossa, v. 15, e2016289, p. 1-24, 2020. Disponível em: [Disponível em: <https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa>](https://www.revistas2.uepg.br/index.php/praxiseducativa) Acesso em: 10 out. de 2020.

LOPES, Maura Corcini. Políticas de Inclusão e Governamentalidade. *Educação e Realidade*. V. 34(2): p.153-169. mai/ago 2009.

MACEDO, Elizabeth. Base Nacional Comum para Currículos: direitos de aprendizagem e desenvolvimento para quem? *Educação e Sociedade*, Campinas, v. 36, nº. 133, p. 891-908, out.-dez., 2015. Disponível em: [Disponível em: <https://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00891.pdf>](https://www.scielo.br/pdf/es/v36n133/1678-4626-es-36-133-00891.pdf) Acesso em: 10 de ju. De 2019.

NOVOA, António. Os Professores e a sua Formação num Tempo de Metamorfose da Escola. *Revista Educação & Realidade*, Porto Alegre, vol.44, n.3, p.1-14, 2019. Disponível em: https://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S2175-62362019000300402 Acesso em: 2 dez. de 2020.

RELVAS, Marta. Chegou o momento de exercitar as competências socioemocionais da BNCC. 2020. *Revista Nova escola*. Entrevista concedida a Soraia Yoshida. Disponível em: <https://novaescola.org.br/conteudo/19496/chegou-o-momento-de-exercitar-as-competencias-socioemocionais-da-bncc>. Acesso em: 13 nov. 2020.

OLIVEIRA, Priscila Olete de. *A Base Nacional Comum Curricular: um instrumento curricular contemporâneo de gestão pedagógica performativa*. (Universidade Federal do Rio Grande Instituto de educação). 2020. 141p. Dissertação. (Mestrado em Educação). Programa de Pós-Graduação em Educação. Rio Grande, 2020.

SILVA, T. T. Sociologia e teoria crítica do currículo: uma introdução. In.: *Currículo, Cultura e Sociedade*. São Paulo: Cortez, 2002.